
MAXWELL, Kenneth. **Mais malandros. Ensaios tropicais e outros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 268 p. ISBN: 85-219-0522-X.

Talvez por sua consolidada reputação no país como especialista na história do império português e dada a ambigüidade do título desse seu último livro publicado no Brasil, essa coletânea de ensaios do historiador inglês Kenneth Maxwell não desperte entre os estudiosos das relações internacionais e da política externa brasileira a atenção que a obra merece. O título **Mais malandros. Ensaios tropicais e outros** parece fazer sentido apenas se a obra for entendida como sucedânea de outra coletânea de trabalhos do autor, publicada no país em 1999, intitulada **Chocolate, Piratas e outros malandros. Ensaios tropicais** (Paz e Terra). Os vinte e seis ensaios reunidos em **Mais malandros** foram, em sua maioria, publicados no extinto *site* **NO (Notícia e Opinião)** e no Caderno Mais da **Folha de São Paulo**, sendo os demais publicados em periódicos estrangeiros.

Se Maxwell é conhecido como autor, entre outros, de uma interpretação clássica da Inconfidência Mineira (**A devassa da devassa**, Paz e Terra, 1977), de uma biografia definitiva do Marquês de Pombal (**Pombal: paradoxo do Iluminismo**, Paz e Terra, 1996) e de uma provocativa interpretação da Revolução dos Cravos, ainda inédita no Brasil (**The making of Portuguese Democracy**, Cambridge University Press, 1995), a prazerosa leitura do trabalho aqui resenhado confirma a erudição e a vastidão dos interesses do autor, o que, por si só, já valeria a empreitada. Contudo, em **Mais malandros** destacam-se também a sagacidade e o pendor heterodoxo do autor na articulação de seu amplo conhecimento histórico a eventos sociais e políticos contemporâneos, tecedura essa usualmente evitada pelos historiadores.

Mas se nesse seu último livro alguns dos temas prediletos do autor (como, por exemplo, o Marquês de Pombal e a questão dos jesuítas) aparecem mesclados a ensaios de crítica cultural e a escritos de caráter mais autobiográfico, dispostos em uma seqüência que não parece obedecer a qualquer lógica temática ou cronológica, vários dos vinte e seis ensaios articulam questões essenciais para o estudioso das relações internacionais do Brasil e da América Latina. Há que se recordar aqui, até para que se compreenda o sólido lastro dessas incursões mais

recentes do autor pela política internacional contemporânea, o fato de Maxwell ser hoje diretor do Programa para a América Latina do Council on Foreign Relations, de Nova Iorque, o qual, apenas para rememorarmos, produziu, no início de 2001, um memorando e uma carta ao presidente George W. Bush argumentando que os Estados Unidos não deveriam isolar o Brasil.

Em particular, em um momento em que a política externa brasileira passa a ser embalada por uma retórica mais assertiva e por veleidades mais explícitas de autonomia e liderança, merece destaque o tratamento dado pelo autor às “relações triangulares” entre Estados Unidos, Brasil e América Latina, para lembrarmos o preciso termo cunhado por Rubens Ricupero.

Maxwell parece não temer a polêmica, nem adota, no que diz respeito à política externa brasileira, o tom, habitual entre os analistas, de afago à diplomacia do país. Como exemplo, em um ensaio de dezembro de 2000, provocativamente intitulado “George W. Bush, Rei Canuto e o Brasil”, escreve:

O Brasil precisará decidir se vai seguir seu estilo tradicional ou mover-se rápido e tirar o comércio das mãos do Itamaraty e botar um negociador astuto, agressivo e especializado em economia e negócios controlando seu time Alca. Alguém que verá a Alca como uma oportunidade para o Brasil, não uma ameaça, e que poderá mobilizar o Brasil para agir com uma confiança que os mexicanos demonstraram quando inventaram, promoveram e implementaram o Nafta como queriam que ele fosse – tudo de acordo com seu interesse nacional. (p. 67)

Contudo, se o fim da campanha eleitoral no Brasil e a posse de Lula fizeram com que a definição da Alca como anexação fosse substituída por uma postura mais pragmática e menos panfletária, perspectiva essa que também tem o seu lugar, diga-se, na medida em que a política exterior do país tem tido, tradicionalmente, uma visibilidade muito pequena no debate político doméstico, Maxwell mostra-se capaz de pensar aquelas relações triangulares sob uma diversidade de pontos de vista. Se o embargo a Cuba é considerado ineficiente, irracional e míope (“Evitando a tentação imperial: Estados Unidos e América Latina”), o autor chama de “banal” o pan-americanismo do pós-guerra fria:

[uma] consequência curiosa do final da Guerra Fria para a América Latina foi o fato de ela ter sido relegada a uma zona amena onde opções difíceis parecem desnecessárias, ou pelo menos podem ser incorporadas em um pan-americanismo banal. Mas se os Estados Unidos não definirem seus interesses na região, outros o farão. (p. 198-199)

Discutindo nesse ensaio essas relações triangulares sob a ótica do vértice (e é aqui que o autor sugere o “fim dos auxílios financeiros para o Brasil”), Maxwell, recordando a “tentação intervencionista” da década de 80, denomina

os anos 90, de forma igualmente provocativa, como a “década neo-intervencionista” (p. 212).

Maxwell tampouco se furta de destacar a reação do Brasil, sob esse manto cinzento do ambíguo neo-intervencionismo norte-americano, aos dilemas vividos pela Colômbia, vítima de uma guerra em que os Estados Unidos “financiam ambos os lados” (p.245):

O principal avestruz é o Brasil, que, paradoxalmente, busca um papel de liderança na América do Sul, mas guarda distância da conflagração mais perigosa e mais potencialmente divisora do continente. No entanto a Colômbia é um engajamento não desejado que será imposto ao Brasil, cedo ou tarde, quer os brasileiros gostem disso, quer não. (p. 245-246)

Mas a década de 90, que Maxwell também denomina de “década complacente”, termina convulsionada na América Latina. Com os acontecimentos do 11 de setembro de 2001, que “jogaram por terra os tabus relativos ao império” (p.243), reverte-se a prioridade conferida à região na retórica eleitoral de Bush filho, e a América Latina retorna à posição secundária na agenda externa dos “novos imperialistas” norte-americanos, que hoje cultivam uma visão de mundo “ainda mais maniqueísta do que antes”.

Feito esse diagnóstico mais macro, já amplamente reconhecido, são de sabor ímpar as páginas dedicadas neste ensaio de abril de 2002: “A América Latina joga a toalha”, ao “desafio fundamental” da liderança regional, que, segundo o autor, configura-se como uma disputa entre México e Brasil. Quando a questão ainda se restringia, do ponto de vista dos Estados Unidos, ao grau de solidariedade demonstrado quando dos ataques terroristas de setembro, a postura alinhada de Jorge Castañeda, chanceler mexicano, é contraposta à reticência de Fernando Henrique Cardoso. O último parágrafo do texto, carregado de uma ironia bem informada, merece ser reproduzido literalmente:

[Carlos] Fuentes [que afirmara que o discurso de Fernando Henrique Cardoso diante da Assembléia Nacional francesa, criticando a postura norte-americana, havia sido o melhor discurso já feito por um presidente latino-americano em qualquer lugar] será um bom candidato a receber a Ordem do Cruzeiro do Sul que não foi dada a Henry Kissinger. Talvez Castañeda envie Fuentes ao Brasil, como embaixador mexicano, para incentivar o Brasil a continuar sendo o que o México já deixou de ser, enquanto o México, sem alarde mas com eficácia, forja e consolida o seu papel de principal parceiro, interlocutor e intérprete latino-americano em Washington. (p. 251)

Assim, em tempos de aguda complexificação da agenda internacional do Brasil e de busca de redefinição das formas de atuação internacional do país,

parece importante que os investigadores e *policy makers* brasileiros passem a ouvir com maior cuidado a voz e as propostas de Kenneth Maxwell, não desprezando livros com títulos tão ambíguos.

Carlos Aurélio Pimenta de Faria